ANARQUISMOS E FOUCAULT

Anarchisms and Foucault

*João da Mata**

RESUMO

Neste artigo, buscamos problematizar as relações possíveis entre as contribuições trazidas pelo filósofo francês Michel Foucault e os anarquismos. Atento ao que chamou de uma *analítica do pode*r, seus estudos não procuraram criar uma teoria sobre o poder, mas buscar o entendimento de seu funcionamento e sua capilaridade nas relações sociais. Ao ir além da leitura clássica do poder como aspecto repressivo, sua analítica tem servido de contraponto ao que alguns pesquisadores apontam para uma leitura contemporânea do pensamento libertário, fazendo redimensionar suas práticas e ações. Contribuições que fazem deslocar os anarquismos de seus saldos iluministas, para então pensar práticas de liberdade em um contínuo e incessante embate agonístico.

Palavras-chave: anarquismos; analítica do poder; práticas de liberdade; resistência; agonismo.

ABSTRACT

In this article, we try to problematize the possible relations between the contributions brought by the French philosopher Michel Foucault and the anarchisms. Attentive to what he called an analytic of power, his studies did not seek to properly create a theory about power, but to seek an understanding of its functioning and its capillarity in social relations. Going beyond the classical reading of power in its repressive aspect, Foucault's analytic has served as a counterpoint to what some researchers point to a contemporary reading of libertarian thought, making it reshape its practices and actions. Contributions that displace the anarchisms of their enlightenment balances, to think practices of freedom in a continuous and incessant agonistic struggle.

* É Doutor em Psicologia/UFF e Doutor em Sociologia/Univ. de Lisboa. Pesquisador em Pós-Doutoramento em História/UFF. Trabalha com a Soma – uma terapia anarquista.
E-mail: jodamata@hotmail.com.

Keywords: anarchisms; analytics of power; practices of freedom; resistance; agonism.

Tem sido frequente, ao menos para alguns anarquistas, a busca por formular aproximações, tensionamentos e interfaces entre as análises libertárias e os estudos do filósofo Michel Foucault, especialmente em torno de sua *analítica do poder*. Ao estabelecer este encontro, o que se busca é oxigenar e atualizar os anarquismos, seja na sua permanente crítica às práticas de dominação, na valorização do singular que faz coexistir as diferenças ou nas possibilidades de práticas de liberdade no presente. O que os anarquismos buscam ainda é pensar a vida como criação, num contínuo redimensionamento que abrange o amor, a vida social, as relações de trabalho, entre tantos outros espaços.

Dessa forma, afirmar a possibilidade de uma luta incessante na vida como afirmação e invenção de si, implica em se contrapor cotidianamente às técnicas de sujeição, que vinculam o sujeito a um lugar de agente e reprodutor de políticas reativas. Isto não significa adotar a noção de resistência circunscrita a uma determinada instituição de poder, seja ele um grupo, um local ou uma classe, mas voltar-se a uma analítica do poder e suas práticas. E para isto, há algum tempo, as contribuições de Foucault tem sido fundamentais para as ações anarquistas no tempo presente.

Sua filosofia tem feito sacudir nos anarquismos saldos iluministas e identitários, e feito reacender a ideia de que a anarquia faz parte de um *ethos* ingovernável, uma ação e um comportamento daqueles que não aceitam a hierarquia como condição inequívoca. A partir desta leitura foucaultiana do anarquismo, nos interessa aqui, defender uma estética guerreira que intensifique a coragem de luta voltada às invenções de si que se dão em meio aos intermináveis enfrentamentos que geram sujeições e liberações.

As lutas e ações dos anarquismos sempre estiveram envolvidas na formulação de práticas políticas no dia a dia, distantes da burocracia dos partidos e seus políticos profissionais. Uma luta da vida cotidiana em associações que buscam inventar jeitos livres para amar, criar e produzir. Em acontecimentos históricos ou atuais, os anarquismos procuram criar sociabilidades sem a égide do Estado, em

acontecimentos heterotópicos (FOUCAULT, 2003) nos quais as liberdades individuais se conjugam e se atualizam nas liberdades coletivas.

Anarquismos, assim mesmo, no plural, já que suas propostas não estão interessadas em verdades universais. Esta estratégia busca dar conta das diferentes maneiras que o anarquismo se apresentou ao longo dos últimos três séculos. Desde denominações mais clássicas, que vão do anarco-comunismo, o anarco-individualismo ou o anarco-sindicalismo, até denominações atuais como pós-anarquismo, encontramos uma série de nomenclaturas para definir distintas formas de ação e intervenção do pensamento libertário.

No entanto, se elas apresentam algumas especificidades, existem princípios comuns a todos estes anarquismos: a crítica radical a qualquer forma de poder centralizado, o respeito às diferenças individuais, a possibilidade da auto-organização, etc. São diferentes possibilidades de elaboração de vidas livres, sem sistematizações rígidas e com alguns pontos convergentes. Suas ideias fundamentais não se refletem numa ideologia homogênea. Por essa razão, existe também uma vasta possibilidade de ação entre as diferentes correntes e práticas libertárias.

Seja qual for a terminologia utilizada pelo anarquismo ao longo de sua história, seus detratores quase sempre o associaram à desordem, à bagunça, ao desgoverno. Colocar o anarquista no lugar do mostro moral foi a maneira utilizada para desqualificar sua radical crítica, que não cessou de direcioná-la tanto às práticas conservadoras da direita, como também ao autoritarismo das organizações da esquerda política. A tradição libertária, ontem e hoje, sofre a virulenta desqualificação quando é apontada como condição pré-política. No entanto, os anarquismos apresentam não apenas uma importante analítica do poder na atualidade, como também promoveram acontecimentos e práticas em diferentes períodos da história dos últimos séculos.

Mais que isso: existem, atualmente, numerosas experiências, em diferentes pontos do planeta, onde proliferam grupos e associações em que a condução de seus projetos e as vidas das pessoas envolvidas estão a cargo dos próprios atores ali envolvidos, fugindo à regra fatalista que diz não haver jeito de viver e produzir fora dos valores e regras das sociabilidades hierarquizadas. São

experimentações que buscam inventar práticas associativas, para além de qualquer noção reformista das sociabilidades hierárquicas.

A vida como incessante luta

Viver a anarquia requer de cada um, uma atuação política cotidiana, na qual uma razão estratégica libertária coloca-se diante de uma razão estratégica autoritária. Assim, estabelece-se não um antagonismo entre mando e sujeição, mas um agonismo entre práticas de liberdade e práticas de poder, implicadas reciprocamente. O enfrentamento agonístico configura-se em permanente embate, sem descanso ou repouso, e fruto de diferentes matizes e gradações. Uma luta sem fim, através da qual se definem os equilíbrios e as dinâmicas que caracterizam cada relação em questão.

O conceito de *agonismo* emerge na obra de Michel Foucault no período chamado de *último Foucault*, pouco antes de sua morte. Em *O sujeito e o poder* (1984), ele volta a afirmar que seu trabalho não era o de formular uma teoria sobre o poder, mas compreender suas práticas e sua implicação sobre a produção de subjetividades. Para Foucault, nascemos com uma singularidade somática, e sobre ela incidem as práticas de poder, que produzem modulações e condutas: modos de vida.

Dessa forma, a perspectiva agonística aparece como caminho possível para compreendermos as relações de poder e de resistências, como encontros de permanentes combates ao contrário de relações estáticas formuladas a partir de relações entre autoridade e sujeição. Segundo Castelo Branco (2012), "as lutas contra as variadas formas de fascismo e assujeitamento só podem acontecer num efetivo campo de afrontamentos entre forças distintas, no interior das relações de poder, onde a agonística comparece a todo instante, inclusive no mundo pessoal e subjetivo." (*in* Verve, 2012. p. 287).

Este conceito é resgatado por Foucault da Grécia clássica, onde os confrontos de ideias e posições ocorriam a partir de uma disputa que não visava a aniquilação do outro. Pelo contrário, a

relação com o outro se pautava na elaboração de si a partir de uma ética afirmativa. Ao analisar as práticas de poder na atualidade, o filósofo mostra como a política do cotidiano pode ser vista como um agonismo, em contraposição à maneira hegemônica de fazer política, como acontece na esfera institucional de partidos, parlamentos e governos.

A palavra agonismo vem de *agon*: algo relacionado à luta, no entanto, numa concepção mais ampla que a ideia de agressão, já que não envolve o ato violento em si, mas ao conjunto de formas de combate e enfrentamento constante, e que abrangem ação, conciliação, pronúncia, etc. De certa forma, o *agon* tende a pautar todas as relações humanas, entendendo as relações de poder como um confronto infindável e que requer a formulação de diferentes táticas no dia a dia.

Este deslocamento proposto por Foucault, retirando das análises clássicas sobre o poder a noção de concebê-lo como força repressiva e acomodada em determinado ponto ou lugar, o leva para pensar a relação entre poder e liberdade. Ao mesmo tempo em que o poder produz condutas e cria subjetividades, faz emergir resistências e contracondutas. Assim, Foucault define o exercício do poder como uma prática nas diferentes malhas sociais, que produz um modo de ação sobre os atos dos outros, ou seja, uma forma de governar comportamentos e atitudes, no qual a liberdade é um elemento intrínseco. Eles estão colocados no mesmo contexto e são inseparáveis.

Ao explicar o poder desta maneira, Foucault aponta para a positividade de seu exercício, analisando e compreendendo a sua mecânica, a partir do modelo estratégico. Além de retirar o poder de uma leitura apenas negativa, Foucault reitera sua mobilidade na condição de uma relação agonística, contínua e incansável de afrontamento das práticas de criação de modos de liberdade em diferentes planos das sociabilidades. Segundo ainda Castelo Branco (2012), "as lutas de resistências se dão no plano individual e no plano coletivo ou comunitário, e residem na agonística em torno da subtração das coletividades e das individualidades aos procedimentos e técnicas da sociedade de controle." (*in* Verve, 2012. p. 288).

Práticas de poder e de dominação

A aproximação entre Michel Foucault e o pensamento libertário ocorre espacialmente a partir de sua analítica do poder, tema que observamos nas várias formas de concepção do anarquismo. Para ficar mais claro o que queremos afirmar, talvez seja necessário aprofundarmos as diferenças entre as relações de poder e as relações de dominação. Pensar o poder como algo que está em relação e não em um determinado ponto, significa pensá-lo como algo em confronto. No momento em que esta possibilidade de rivalidade esteja ameaçada ou obtusa, há ausência de práticas de liberdade, e a relação torna-se autoritária ou de dominação.

A partir da perspectiva foucaultiana, o poder é difuso e espalhado por diferentes lugares, nos quais não há dentro ou fora. Também não parte deste ou aquele ponto exclusivo para depois se alastrar e atuar de forma repressiva sobre indivíduos que recebem esta ação passivamente. O que há, para Michel Foucault, são práticas ou relações de poder. Segundo ele:

> A ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos coordenado (…) de relações. Então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder. (FOUCAULT, 2010. p. 248)

Assim, o poder não é uma coisa em si que possa ser adquirida, absorvida para si e em si mesma. Tampouco pode ser localizada em um ponto apenas, seja ele uma instituição, um grupo ou um sujeito. É apenas e antes de tudo uma relação de forças, que atua entre diferentes atores, e estão cotidianamente em nossas mais diversas ações. Sendo relação, está em movimento, deslocando-se em forma de rede pela malha social.

O que interessa a Foucault é, então, não dizer o que é o poder, mas como ele funciona. Em *Ditos e Escritos – Vol. IV* (1994b), ele se questiona, entre as supostas formas de funcionamento do poder: que sistemas de diferenciação permitem que uns atuem sobre os outros (diferenças jurídicas, econômicas, capacidades cognitivas, etc.); quais os objetivos que buscam (enriquecimento, privilégios, autoridades, etc.); quais as modalidades instrumentais utilizadas (dinheiro, vigilância, saberes, etc.); quais as formas de institucionalizações são criadas e dão suporte (estruturas jurídicas, regulamentos, burocracia, etc,) e por fim, que tipo de racionalidade está em jogo (tecnologias, econômicas, etc.). Nas suas distintas formas de funcionamento, o poder e suas práticas agem especialmente sobre as condutas, produzindo não um caráter repressivo, mas moldando-as por meio de técnicas de disciplina e controle. Foucault subtrai assim, a característica "negativa" do poder, quando o vê como algo produtivo, que "fabrica" condutas e modos de vida.

Nesta perspectiva, o poder não acaba e não cessa nunca. Toda e qualquer relação é uma relação política, pois o poder está disposto como condição s*ine qua non* das relações sociais. Visto assim, o conceito de revolução como caminho que se abre para a liberação perde sua força. Como o poder para Michel Foucault não é visto como totalidade, sua eliminação por completo torna-se uma abstração. No lugar da revolução e seu sentido liberador, o pensador propõe as práticas de liberdade, espalhadas cotidianamente entre polos e espaços capilares de nossas relações.

Aqui há um certo impasse entre as análises *foucaultianas* sobre o poder e de alguns anarquismos, especialmente aqueles que veem o Estado como o grande detentor do poder. Foucault não partiu – como ocorreu em muitos casos do anarquismo clássico – de uma análise do poder de Estado. Já a abolição deste será uma das questões centrais das lutas anarquistas, quando então faria emergir associações autogestionárias, livres da dominação. Esta leitura, impregnada de uma visão iluminista, ainda é presente em algumas correntes libertárias. Em muitas outras, as análises do poder como algo que perpassa os diferentes espaços sociais tem produzido aproximações possíveis entre anarquistas e pensadores de tradição pós-metafísica, como é o caso de Michel Foucault.

Em um encontro semelhante, temos as análises de outro pensador da filosofia francesa contemporânea: Michel Onfray. Segundo ele, o ideal revolucionário que investe na derrubada do Estado, por exemplo, perde sentido no momento de implantação de outro governo. Sua investida vai em direção de um ativismo diário como forma mais potente de fazer política:

> Não creio na revolução, mas na transformação revolucionária do indivíduo. Creio que apenas podemos mudar as coisas individualmente, em torno de nós, e fazer a revolução no nosso próprio cotidiano sem esperar, por exemplo, que o poder de Estado desapareça. Acredito que podemos começar a modificar as coisas nas nossas relações de amor ou amizade com as pessoas com quem trabalhamos e convivemos diariamente (ONFRAY, 1999. p. 33).

Esta leitura do poder, na qual se elege a eliminação do Estado como prerrogativa revolucionária privilegiada, vê no Leviatã o grande celeiro do poder. Segundo Newman (2008), esta perspectiva de ação pode limitar o pensamento libertário. Segundo autor, localizar em um único ponto o poder e o ver como o grande mal a ser extirpado, produz uma apreciação ressentida, dentro da lógica binária, na qual divide dois lados em questão: de um lado, o opressor a ser combatido; do outro, um oprimido que precisa ser libertado.

Na lógica binária, não importa se for o Estado, o patrão, o senhor ou qualquer outra instância de poder, o que importa é que haja um inimigo de um lado e um sujeito capaz de combatê-lo de outro. Cria-se, assim, uma dimensão maniqueísta de ação política, que divide em dois lados opostos o lugar essencial do poder e o lado essencial da revolta.

Ao eleger o Estado como o *locus* exclusivo de ação política, corre-se o risco de perder de vista as diversas práticas de poder espalhadas por diferentes pontos da malha social. Esta análise leva em conta o poder como algo essencialmente negativo e que deve ser eliminado, considerando-o apenas "maléfico, destrutivo, algo que degrada a plena realização do indivíduo. (…) O poder não emana de

instituições como o Estado, pelo contrário, é imanente a toda rede social, através de vários discursos e saberes. Poder nesse sentido é produtivo ao invés de repressivo" (NEWMAN, 2008. p. 164-166).

Newman (2008) afirma que ao colocar-se nesta dialética de forças, o anarquismo assumiu por alguns períodos uma posição de ressentimento e de uma rancorosa prática política, próximas, inclusive, nas militâncias marxistas. Esta visão maniqueísta presente no humanismo iluminista do pensamento anarquista clássico opõe o poder político e suas leis feitas pelos homens concentradas na representação do Estado e a sociedade que estaria apta e livre a se auto-organizar em leis mais naturais.

Em *Política do Rebelde – tratado de resistência e insubmissão* (2001), Michel Onfray desenvolve algo que começou a ser formulado em *A Escultura de Si* (1995): uma visão política do anarquismo mais contemporânea. Segundo Onfray, as propostas e ações do pensamento anarquista produzidas no século XIX e que marcaram o movimento libertário, especialmente nas obras como as de Mikhail Bakunin e Pierre-Joseph Proudhon, foram fundamentais na crítica ao poder.

No entanto, Michel Onfray (2001) argumenta que as propostas e as ações do pensamento anarquista do século XIX estão vinculadas a uma época e fazem parte de um momento social e político específico. Para ele, o pensamento anarquista clássico produziu um conjunto de teorias com inegáveis contribuições nos campos da ética, da política, da sociologia e da economia, mas que não poderiam simplesmente atender às atuais características de complexidade que o capitalismo contemporâneo produz.

Sem descartar estas influências do passado, Onfray (2001) procura atualizar a proposta libertária, seguindo as contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle, respectivamente. Dessa forma, atuar libertariamente no cotidiano, significa lutar incessantemente diante das mais variadas práticas de poder, inclusive aquelas impregnadas no comportamento. Estas lutas estão para além da luta contra o Estado, mas ramificam-se por intermináveis espaços e situações no dia a dia. Nesta perspectiva, surge também a necessidade de enfrentar a microfísica do poder local e global, onde se dá o desdobramento do

homem e o redobramento do indivíduo para práticas de liberdade na relação com o mundo. Segundo Michel Onfray:

> O anúncio do Deus morto proferido por Nietzsche, o do falecimento do homem feito por Foucault, liberam o terreno para um novo nascimento no qual o humanismo e os direitos do homem desaparecem, pela pura e simples razão de que a figura solicitada pelos votos dos nietzschianos franceses torna caduco o recurso aos aparelhos ideológicos destinados à reciclagem ou à aniquilação dos impulsos e das energias reivindicadoras. Deus celebrado, o homem civilizado não produziria, *realmente*, senão a alienação e a servidão, o empobrecimento, o enfraquecimento dos indivíduos, seus sacrifícios aos leviatãs multiplicados (ONFRAY, 2001. p. 158).

O ideal arcaico de revolução social, entendido através da destruição do Estado ou mesmo pela tomada do poder e da implantação de outro, mesmo que este se afirme como libertário, perde seu sentido. Pensar uma prática libertária no presente é, portanto, criar maneiras de atuação que vão além da luta revolucionária pela destruição do Estado. As análises sobre os anarquismos no presente trazidas por Onfray, seguem as indicações propostas por Foucault, e abrem caminhos possíveis para o "cuidado de si" como investimento político. Invertendo o campo das lutas sociais comuns nos movimentos políticos da esquerda partidária, sua atenção volta-se mais para o cotidiano e para as pequenas transformações da vida como acontecimento libertário.

As lutas e ações anarquistas adquirem sentido no presente, e não no amanhã ou em um futuro distante e pacificado. A utopia que projeta para longe a possibilidade de mais liberdade não afeta nossas forças de transformação. Apenas no aqui e agora podemos forjar atitudes libertárias em situações múltiplas: em nossas famílias, no trabalho, na vida social e em todos os âmbitos onde *um outro* esteja implicado.

Os anarquismos, mesmo localizando o Estado como instância comum a ser superada, a partir da qual emanam forças repressoras

contrárias à liberdade das individualidades, nunca deixaram de propor ramificações em suas lutas de vida e na vida. As festas, o teatro, o amor, a educação, os sindicatos e muitos outros campos de atuação estiveram na mira de um ativismo libertário em diferentes momentos e lugares, afim de promover uma cultura libertária.

Assim, um importante aspecto que aqui merece destaque é o nosso papel diante das práticas de poder e de liberdade. Se entendermos que o poder nunca será inteiramente superado, isso não nos faz passivos diante dos fatos. Podemos e devemos agir neste mundo, negociando e articulando práticas de liberdade como forma de intensificá-las e expandi-las, sobretudo quando estas tendem a se condensar e transformarem-se em relações de dominação.

As relações de dominação devem ser distinguidas das relações de poder no momento em que o fluxo contínuo e instável de poder torna-se obstado e congelado. Cristalizadas, as relações de poder tanto deixam de ser móveis, quanto impendem possíveis maneiras que possam modificá-las. Para Foucault (1994), a dominação é tanto uma estrutura global de poder quanto uma situação estratégica, mais ou menos adquirida ou consolidada. E mais: se nas relações de poder há espaço para o exercício da liberdade, nas relações de dominação tal exercício fica fortemente comprometido.

Como vimos, as relações de poder estão permanentemente agindo de forma difusa nos diferentes espaços de sociabilidades. Ao mesmo tempo, elas estão permeadas por práticas de resistências contínuas: onde há poder, há resistência. No entanto, se o poder for da ordem da coerção ou quando se formam hierarquias desiguais, não mais se permitem relações de reciprocidade e as formas de resistências também ficam comprometidas. Formam-se então relações fixas de domínio. Destas, a libertação é a condição primordial para se pensar em futuras práticas de liberdade. Segundo Foucault (1994):

> Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de

> dominação. É lógico que em tal estado as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas. (…) A libertação é às vezes a condição política ou histórica para uma prática de liberdade. (…) [ela] abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade (FOUCAULT, 1994a. p. 267)

Este tipo de relação está na base das instituições como o Estado, por exemplo, o que tornam válidas as reflexões libertárias sobre o poder estatal, mesmo e apesar de buscar sua superação. Para Foucault (2010), o Estado torna-se, desta forma, a reunião de diferentes relações de poder que tornaram-se enrijecidas. Para Newman (2008), "de acordo com Foucault, o Estado é apenas uma reunião de relações de poder diferentes que desse modo se tornaram congelados. Esta é uma maneira radicalmente diferente de olhar para as instituições como o Estado. (...) [ele] é meramente um efeito das relações de poder que se cristalizaram em relações de dominação" (NEWMAN, 2008. p. 167).

Nesta lógica, não há distinção entre vida social e poder. As instituições opressivas surgem do mesmo mundo do poder: somos potencialmente cúmplices pelas práticas de dominação, legitimando-as e fazendo-as surgir quando assumimos, portanto, o lugar da servidão. Se as práticas do exercício do poder não se limitam ao âmbito estatal, elas se ramificam em instituições, e em pequenos acontecimentos e suas relações interpessoais, fazendo com que cada um de nós torne-se cúmplices em potencial de sua cristalização.

Outra importante questão que se coloca, então, é como podemos estar atentos à passagem das relações de poder para as relações de dominação? As práticas de dominação, para além daquelas onde são visualizadas mais facilmente, podem ocorrer a qualquer momento e ao nosso lado. Ao lutar contra a dominação, podemos, sem perceber, logo em seguida construir outras formas de dominação. E estas reproduções de dominação não precisam estar apenas na esfera de instituições quaisquer, elas podem ocorrer ao lado, no cotidiano.

As práticas de dominação podem ser minimizadas e até eliminadas pela criação de formas associativas mais horizontais que produzam rupturas nas hierarquias e centralismos. A existência dos microfascismos exigem microrresistências, no permanente embate diante de forças estatizantes e liberais. No terreno imanente, a ação anarquista se define na recusa em pactuar com o canto da sereia que nos seduz em participar da lógica dominante. Ao contrário, as associações libertárias não buscam a ilusão de se colocar fora das práticas de poder, mas criam mecanismos que valorizem o exercício da diferença e da liberdade entre os atores ali envolvidos no exercício ético de vidas afirmativas, distantes de qualquer forma de representação. A criação de modos de existir anárquicos situa-se na ultrapassagem da exploração e das práticas de dominação. Inventar existências é ir além de resistir ao poder.

É na relação cotidiana e nos diferentes espaços de sociabilidade que estabelecemos os acordos de liberdade. O pacto com o outro não deixa de ser um pacto consigo mesmo. Trata-se de articular um cálculo associativo, tomando o outro por ocasião e não por testemunha. O exercício da diferença em cada um afirma-se na diferença do outro, para criar o *phatos* necessário da relação libertária. Já no século XIX, Mikhail Bakunin denunciava a falácia da fantasia da ditadura do proletariado e seus dirigentes para propor a associação livre generalizada:

> Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade dos outros, longe de limitar ou negar minha liberdade, é ao contrário a sua condição necessária e sua confirmação. Eu me torno livre no verdadeiro sentido apenas em virtude da liberdade dos outros, de modo que quanto maior o número de pessoas livres ao meu redor, quanto mais profunda e mais abundante torna-se minha liberdade. (BAKUNIN, 2002. p. 47-48)

O desafio de lutar pela liberdade junto ao outro se dá no agonismo como contínua e incessante relação. Nesta associação, a disputa para ser livre não ocorre com a destruição do outro, mas pelo contrário, é na legitimação do outro que a existência de cada um se funda. Este desafio situa-se também na lucidez e na certeza que o campo de batalha nunca acaba por completo.

A agonística torna-se a própria arte do encontro, num exercício pelo qual não há descanso para confeccionar nossos pactos de liberdade. Não se trata também de almejar um ponto final, acreditando numa vitória derradeira da liberdade. Na agonística, a prática de liberdade é um movimento permanente. A liberdade nunca é entregue por outro, consentida ou autorizada: o trabalho que o indivíduo deve exercer sobre si é o exercício cotidiano necessário, que tem a forma de um combate a ser sustentado, sem uma vitória a ser conquistada por completo.

Luta da vida cotidiana

As práticas libertárias ocorrem em associações pontuais, renováveis e capazes de ser rescindidas a qualquer momento, mas sempre formuladas em espaçamentos distantes do grande poder. São práticas de resistências construídas a partir de formas de viver, amar e produzir que criam rupturas nas formas tradicionais de ação política. Elas reivindicam e inventam outras práticas de resistências, que evitem o risco em alimentar o fetiche participativo.

A contestação radical dos anarquismos ao jogo participativo das democracias liberais requer uma atitude cotidiana de afirmação, uma coragem para subverter a lógica da vida assentada nas normatizações. Nada de revolução nacional ou planetária, mas de momentos que escapam aos modelos dominantes. As transformações ocorrem em torno de cada um, em acontecimentos que integram pessoas com interesses comuns e capazes de produzir microfissuras nos microfascismos disseminados de forma capilar. Nada também de desejar um Estado melhor, uma sociedade pacificada ou um futuro

feliz. Nas pequenas guerras da vida, a luta libertária afirma-se como combate incessante.

Para Edson Passetti (2003), "o anarquismo é antes de tudo uma pedagogia." (p. 234), uma prática de vida que se ramifica pelas relações sociais desestabilizando práticas de dominação e fazendo emergir invenções no amor, no trabalho e nas amizades. E continua dizendo que "sua preocupação principal encontra-se em dissolver as relações de soberania centralizada que funcionam de baixo para cima e de cima para baixo, como sendo a constante do poder. A reflexão acerca do poder não deduzido do Estado é deslocada para o âmbito de uma reversão das relações de poder em função da liberdade, o que será a tônica em todo o anarquismo (…)" (Idem, 2003. p 234).

Assim, a anarquia não está interessada na tomada do poder de Estado, na formação de partidos, nem nas demais estratégias tornada "natural" da grande política. Também não almeja a criação de uma sociedade anarquista, visto que sua efetivação já produziria uma contradição em si mesmo. Mas busca formular sociabilidades ancoradas no presente, responsáveis por estabelecer espaços transitórios mais ou menos livres. Seu foco está em conceber práticas que invistam na auto-organização e na valorização radical do singular como elementos para a confecção de vidas livres. Todas estas estratégias, que não são atingidas pelas vias parlamentares, sejam elas pertencentes à divisão entre esquerda ou direita, ancoram-se nas formulações entre as práticas de poder e as práticas de liberdade.

Para isso, alguns desses procedimentos já comentamos aqui. As práticas de liberdade seriam formas, segundo Foucault (2004) para criar possibilidades ao indivíduo de inventar para si novos modos de existência, experimentando a vida, enfrentando os modos de assujeitamento pelos quais corremos o risco de sermos dragados. Nesse contexto, a liberdade, pensada como prática, ganha contornos de resistência e de recusa necessárias aos jogos de identidade.

Importante que se diga ainda, a liberdade para Foucault não deve ser confundida com liberação, embora esta seja uma condição necessária. A liberdade para ele está na ordem dos ensaios, das experiências, das criações, singularizados em cada existência e na invenção de seus próprios caminhos. Assim, as experiências das práticas de liberdades, sempre sujeitas a reveses, nunca são tomadas como algo definitivo ou como vitória final.

Muito menos assumidas por qualquer tipo de delegação, e nem vistas como o fim de toda dominação.

O cuidado de si é um constante (re)inventar-se, buscando para isso as práticas de liberdade como condição de estar no mundo, uma atitude, simultaneamente, solitária e coletiva. Mesmo entendendo que "o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária." (FOUCAULT, 2004. p. 272), estar em permanente percepção e relação ao outro é a prerrogativa necessária ao pacto ético. Nas práticas de liberdade, o exercício agonístico, quando desconectada ao outro, pode rapidamente tornar-se algo contra o outro, desprezando os sinais e indicativos da relação. Para Foucault, "Se você se cuida adequadamente, ou seja, se você sabe ontologicamente o que é, se também sabe do que é capaz, se sabe o que é para ser cidadão de uma cidade, ser o dono de sua casa (…), você não pode a partir deste momento abusar do seu poder sobre os outros" (FOUCAULT, 2004. p. 247).

A perspectiva libertária de associação, portanto, busca continuamente a criação de um balanceamento de interesses que possibilite um arranjo de forças. A sincronia, aliás, torna a tarefa difícil, aleatória, uma obra aberta no instante de cada encontro. Os anarquismos afirmam-se em instantes dinâmicos e entende que não há prática de liberdade possível sem a permanente consideração do outro. Não pela noção de amor ao próximo, mas por entender que é com o *outro* que se estabelece o real sentido do *eu*. A liberdade pensada também como autonomia vivida por *um* encontra seu significado e seu retorno quando a troca é simétrica. Quando esta simetria se desfaz, há falta de ética e consequentemente tendência para a dominação.

O exercício de sociabilidades anárquicas exige que se estabeleça um princípio seletivo em relação aos demais, a partir do qual se eleja os que estão mais próximos de si, daqueles que se remete a outros círculos mais distantes. Esta será uma escolha própria, seguindo o próprio desígnio, jamais por imposição de uma moral universal já preestabelecida ou por qualquer noção de Bem que se coloque *a priori*. Será a própria análise, a partir das informações que são dadas pelos demais, num conjunto de circunstâncias, atitudes e sinais, que cada um escolhe ou não pela possibilidade de encontro e

troca ética. O princípio seletivo será, pois, absolutamente individual, jamais genérico; se inscreverá a cada instante de realidade e estará em permanente movimento.

Nas práticas de liberdade, é necessário criar novas formas de existir para lançarmo-nos ao combate sobre qualquer forma de poder que possa se transformar em hierarquias. A aposta ética-política da anarquia assume, assim, uma postura ativa na construção de uma potência de viver que ocorra pela interpretação do mundo através da razão e da reflexão. Também por uma postura afirmativa sólida e engajada, distante de todo niilismo ou ressentimento. Esta vontade de viver o presente é a tentativa de esculpir o próprio estilo, através da atitude libertária e de uma maneira de atuar horizontalmente.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. *Império Knuto-Germânico*. Citado em Daniel Guérin (org.). *Textos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 2002.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Notas sobre a noção de comunidade e de resistência ao poder em Michel Foucault*. *In* Verve – Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol. – Vol. 21. São Paulo: Nu-Sol, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros.* São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – Vol. I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – Vol. II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – Vol. III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx*. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. *On the Genealogy of ethics: an overview of work in progress*, *In* Paul Rabinow (org.) The Foucault Reader: 1983.

FOUCAULT, Michel. *Outros espaços. Ditos e escritos III – Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Coleção Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits - 1954-1988. Vol. III, 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1994a.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits - 1954-1988. Vol. IV, 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1994b.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982).* Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975 – 1976).* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NEWMAN, Saul. *Anarquismo e a Política do Ressentimento*. *In* Verve – Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol. – Vol. 8. São Paulo: Nu-Sol, 2008.

ONFRAY, Michel. *A Escultura de Si: a moral estética.* Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ONFRAY, Michel. *A Arte de ter prazer: por um materialismo hedonista*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ONFRAY, Michel. *A Política do Rebelde: tratado de resistência e insubmissão.* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

PASSETTI, Edson. *Éticas dos Amigos – Invenções libertárias da vida.* São Paulo: Imaginário, Capes, 2003.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle.* São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PASSETTI, Edson. *Política e Massa*: *O Impasse Liberal por Ludwig Von Mises*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

RECEBIDO EM: 14/05/2019
APROVADO EM: 17/06/2019